ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

ORGANIZAÇÃO XAPINHAL - Movimento social catalisador do desenvolvimento urbano em Curitiba - PR

Autores:
Isabela Borghetti Miranda - Universidade Tecnológica Federal do Para - isabelabm.au@gmail.com

Resumo:

Os movimentos sociais populares urbanos no Brasil surgiram a partir das lutas pela redemocratização e foram mudando de pauta conforme o cenário sociopolítico e econômico. Na mesma época, contingentes populacionais saíam dos campos em direção às cidades, criando as periferias e aumentando a tensão entre o poder público e a população de baixa renda que se mobilizava a fim de garantir seus direitos. Este artigo tem como objetivo investigar a relação entre o planejamento urbano e de políticas públicas, com o surgimento e as ações do Movimento por Moradia Xapinhal, que realizou a primeira ocupação da Região Metropolitana de Curitiba. Como principais conclusões, pode-se afirmar: (i) a relação entre o descaso do planejamento urbano com a região que viria a ser ocupada; (ii) a instituição de novas políticas públicas por moradia, após as ocupações; (iii) a pressão para urbanização da região em análise e (iv) a diversidade de conexões estabelecidas entre os coletivos organizados e o sistema político.

ORGANIZAÇÃO XAPINHAL

Movimento social catalisador do desenvolvimento urbano em Curitiba - PR

INTRODUÇÃO

No Brasil, o aparecimento dos movimentos sociais ocorreu na década de 70, como resultado do regime político repressivo, que impedia a atuação de partidos políticos e outras instituições representativas das classes populares (BEGA, 1999). Nesse sentido, era de se esperar que, com a abertura política e com a possibilidade de uma atuação político-partidária e sindical mais ampla, se verificasse o esvaziamento nas formas alternativas de mobilização popular. Porém, houve uma intensificação da ação política por meio dos movimentos sociais. Outro fator determinante para o fortalecimento dos movimentos sociais foi a insatisfação da população em relação à precariedade dos serviços públicos que chegavam (ou não) às periferias (POLLI, GUSSO, 2013).

Concomitantemente ao surgimento dos movimentos sociais, no Paraná ocorria a grande diáspora rural, ocasionada pela geada negra que destruiu os cafezais e por alterações na estrutura fundiária. Como consequência, muitas famílias se alojaram irregular e precariamente nas periferias da cidade de Curitiba. (TONELLA, 2005)

Em Curitiba, pode-se observar que o Plano Preliminar de Urbanismo, de 1965, tratava essa região como "baixa, inundável e de solo inadequado para construções" e direcionou o planejamento para nordeste e sudoeste da cidade, para que não atravessasse a BR-116, pois o preço da terra seria sempre baixo e destinado à população carente. Assim, afastou investimentos e aumentou a oferta de terrenos, o que propiciou a ocupação irregular da região. (SOUZA, 2001)

Em 1986 ganha força um movimento que, dois anos depois, culminaria na primeira ocupação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Conhecida como Organização Xapinhal, foi fruto do trabalho de 16 entidades comunitárias dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão. Ocupações posteriores ocorreram próximas a essa, como o Jardim Natal e Cristo Rei em 1990 e da Vila 23 de Agosto em 1991. Juntas, essas quatro ocupações abrigavam cerca de 1800 famílias. (TONELLA, 2005)

Com esse contexto em mente, o artigo estuda a origem dessa organização, algumas de suas ações e as reações governamentais perante o cenário, para entender a influência dos

movimentos sociais por moradia na consolidação do espaço urbano da cidade de Curitiba, por meio da análise da infraestrutura implantada em sua região Sul.

DESENVOLVIMENTO URBANO DE CURITIBA

Conforme explica Rolnik (1990), é indissociável do nascimento de uma cidade "legal", a emergência da cidade "clandestina". À cidade legal diz respeito um sistema de planejamento e gestão no qual a administração municipal dialoga com as elites dirigentes para ordenar a cidade. Enquanto as porções da cidade que fogem aos padrões são tidas como um problema urbano, que cabe à administração pública equacionar e resolver – a cidade clandestina. Além disso, a autora considera necessário esclarecer que o espaço urbano é produzido por uma multiplicidade de agentes públicos e privados, e que nenhum plano estratégico (por mais bem elaborado tecnicamente que seja) conseguiria instituir uma transformação estrutural na cidade.

Para melhor compreensão acerca das tensões entre a cidade legal e a cidade clandestina em Curitiba e, mais especificamente, na região Sul, retomam-se as críticas ao Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), de 1965 – necessário, pois, seu antecessor (Plano Agache) havia sido elaborado em 1943 e não fora inteiramente implementado, devido ao rápido e imprevisível crescimento da cidade: depois do fluxo migratório de europeus entre o final do século XIX e início do XX, a partir de 1950 a cidade recebeu um grande número de pessoas vindas do interior do Paraná e outras regiões do Brasil, como resultado modernização agrícola e industrialização urbana. (TONELLA, 2005)

O objetivo deste novo plano era reordenar a cidade, a fim de modernizá-la e prepará-la para o desenvolvimento econômico. Para tal, destacam-se a definição e implantação dos chamados “eixos estruturais lineares”. Tais eixos foram concebidos de forma a integrar o tripé: sistema viário, transporte de massa e uso do solo, de modo que ordenasse o crescimento da cidade seguindo um eixo sudoeste-nordeste, sem contemplar a região a sul da BR-116, onde muitos imigrantes haviam se instalado. (SOUZA, 2001)

Ainda de acordo com Souza (2001), a exclusão dessa região pelo planejamento é justificada pelos urbanistas de modo contraditório. Apontavam a gravidade dos problemas gerados pela ocupação da região, mas, também, classificavam esse fenômeno como insignificante em relação ao todo da cidade. E, por a classificarem como inundável e com solo inadequado para construções, recomendaram que não houvesse investimento naquela região, priorizando as áreas com qualidades naturais e históricas.

Na década de 1970, devido à ocorrência de fenômenos climáticos que atingiram os cafezais e de transformações na estrutura fundiária, grandes contingentes populacionais migraram para as cidades, muitas vezes sem emprego. De acordo com Tonella (2005), a imprensa divulgou que após as geadas de julho de 1975, havia 700 mil desempregados no Paraná. Concomitantemente, a região metropolitana de Curitiba teve a maior taxa de crescimento do país na época, chegando a 5,8% ao ano.

Assim, entende-se porque a região sul de Curitiba cresceu dois mil por cento em dez anos (CEFURIA apud TONELLA, 2005). Aliado ao crescimento populacional estava um plano diretor que não previa investimentos na área, tornando-a propícia para as famílias de baixa renda e, até mesmo, para ocupações.

POLÍTICAS HABITACIONAIS MUNICIPAIS

A fim de compreender as políticas públicas de moradia municipais, Albuquerque (2007) recupera a história de atuação da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB - CT) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), uma vez que a Companhia é a principal executora das políticas e, o Instituto, o formulador. A autora divide a história dessas políticas em três fases: a primeira, referente às décadas de 60 e 70, caracterizada pelas ações voltadas à remoção e erradicação de favelas. A segunda, da década de 80, marca o início das ações de urbanização das favelas e da provisão de lotes urbanizados e, a última, de 1990, caracterizada pela instituição de programas realizados em parceria com a iniciativa privada.

Primeira fase (1964-1979)

Percebe-se que as ações do Poder Executivo Municipal de Curitiba desenvolvidas no período foram quase que exclusivamente para a remoção das favelas, seguindo a política praticada no restante do país. A "Política Habitacional do Município de Curitiba" foi o primeiro documento acerca do tema - elaborado em 1964, visava à construção de conjuntos habitacionais a fim de erradicar as favelas, mocambos e outros aglomerados. Nesse contexto, em 1966, surge o primeiro conjunto habitacional do Paraná, a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, onde 2100 famílias oriundas de ocupações irregulares no centro da cidade foram reassentadas, seguindo o modelo de outros reassentamentos pelo Brasil, como a Cidade de Deus e a Vila Kennedy no Rio de Janeiro. (MIRANDA; MONTEIRO, 2018)

Sob o título de “Política Habitacional de Interesse Social”, o Plano de Desfavelamento foi elaborado em 1976. A principal diferença entre esse e seu antecessor é que a nova política previa que as famílias fossem realocadas para casas definitivas, não provisórias. Ainda que a nível nacional o discurso do desfavelamento já fosse criticado, a prefeitura defendia que a urbanização dessas comunidades não seria a melhor solução devido a sua localização e tamanho. O resultado dessa política foi a remoção de 2.236 domicílios, realocando cerca de 11.500 pessoas. Apesar dos esforços, a população favelada continuava crescendo e surgiram outros 1.984 domicílios irregulares na cidade. (DDS/IPPUC, 1982 apud ALBUQUERQUE, 2007)

Em 1973 o Banco Nacional da Habitação (BNH) promulgou uma resolução dispondo sobre o programa de complementação urbana, a ser realizado através dos projetos CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, pois entendia que o crescimento das cidades vinha ocorrendo desordenadamente e muitas formas de planejamento não obedeciam a parâmetros adequados. Os projetos previam, entre tantas alíneas, a execução de obras de infraestrutura, adensamento da população em níveis satisfatórios e a diminuição da especulação imobiliária. A responsabilidade da promoção desses projetos seria dos governos locais ou de empresas públicas ou privadas. No mesmo ano, por meio do decreto

03/73 a Câmara Municipal de Curitiba formalizou o convênio de intenção para a execução desse projeto entre o BNH, o Município e a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS).

Segunda fase (1980 – 1989)

Ainda que o governo municipal não tenha realizado nenhuma ação de regularização fundiária na década de 70, nos anos 80, 1443 lotes foram regularizados, indicando uma mudança no modo de alojar a população necessitada. Já na segunda metade dessa década, cerca de 30% das unidades habitacionais produzidas foram lotes urbanizados. Isso se deve a promulgação de dois documentos: o Plano Municipal de Habitação (1984) e as Diretrizes para a Política Habitacional (1989) que, apesar de serem de gestões políticas diferentes e uma posterior ao fim do BNH, as duas propostas priorizavam a produção de lotes urbanizados, a definição de ações de urbanização e regularização fundiária e o apontamento da necessidade de criação do Fundo Municipal de Habitação. (ALBUQUERQUE, 2007)

Terceira fase (1990 – 2000)

Durante os anos 90 não houve uma nova política municipal para habitação, mas programas e projetos específicos. As ações desenvolvidas foram uma continuidade das realizadas na fase anterior, consolidando a produção de lotes urbanizados e a regularização fundiária como as principais ações do município para sanar o déficit habitacional, representando 83% de toda produção da COHAB-CT.

Destaque do período, o Projeto Sítio Cercado (ou Bairro Novo) efetivou a criação de cerca de 10mil lotes urbanizados e 20mil apartamentos na região de mesmo nome. De acordo com Fernandes (2012), o loteamento teve início em 1991 sob pressão, pois temiam a formação de ocupações pelos movimentos de luta por moradia. Em uma área de aproximadamente 4,25 milhões de metros quadrados, entre as duas ocupações analisadas neste artigo, o projeto previa, além das unidades habitacionais e dos lotes urbanizados, 28 escolas, 49 creches, 10 centros de saúde e 10 postos de abastecimento familiar, bem como áreas de lazer distribuídas pela região. Em agosto de 1991 um termo foi firmado entre o Ministério de Ação Social, a Caixa Econômica Federal (CEF - que financiaria 80% do projeto) e a COHAB-CT, objetivando a cooperação e fixação de responsabilidade entre as partes na implementação do projeto. No mês seguinte, através do Decreto Municipal nº de 11, as glebas que compreendiam a área do projeto foram declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da COHAB-CT. (IPPUC, 2004)

Contudo, em 1993 ocorreu a interrupção do repasse de recursos pela CEF, mesmo em contratos já firmados. Ainda de acordo com o Instituto (2004), o Projeto já se encontrava irreversível em mais de 50% da área, o que forçou a Companhia a assumir integralmente o processo sem ter o aporte financeiro necessário à toda infraestrutura demandada. Como alternativa à escassez de recursos, foi estudada a possibilidade de utilização pela COHAB do Programa de Lotes Populares via Iniciativa Privada, onde o proprietário implantaria o loteamento e acordo com os projetos existentes, agilizando a ocupação e reduzindo os investimentos públicos.

O Programa Parceria com a Iniciativa Privada, que representou 33% dos lotes produzidos no período em todo município, permitia aos proprietários o loteamento com os mesmos parâmetros usados pela COHAB. A vantagem para os loteadores é o melhor aproveitamento da terra e redução dos custos e empreendimento. Em contrapartida, 20% dos lotes eram transferidos ao Fundo Municipal de Habitação, garantindo a oferta de novas unidades mesmo quando a Companhia não tinha recursos para a compra de áreas ou obras de infraestrutura. 75,30% dos 11.701 lotes produzidos foram instalados nos bairros do Sítio Cercado, Tatuquara, Umbará e Xaxim. (ALBUQUERQUE, 2007)

Na tabela e gráfico a seguir, pode-se observar as tendências apresentadas para cada fase da política habitacional do município de Curitiba, uma vez que os dados representam os números absolutos da produção da COHAB-CT por período e tipologia de empreendimento.

	Apartamentos	Casas	Lotes	Total
1ª fase (1967 – 1979)	1.432	9.441	0	10.873
2ª fase (1980 – 1989)	13.129	9.618	3.661	26.408
3ª fase (1990 – 2000)	4.146	3.482	38.447	46.075

Tabela 1: Produção COHAB – CT. Fonte: COHAB. Elaboração: a autora.

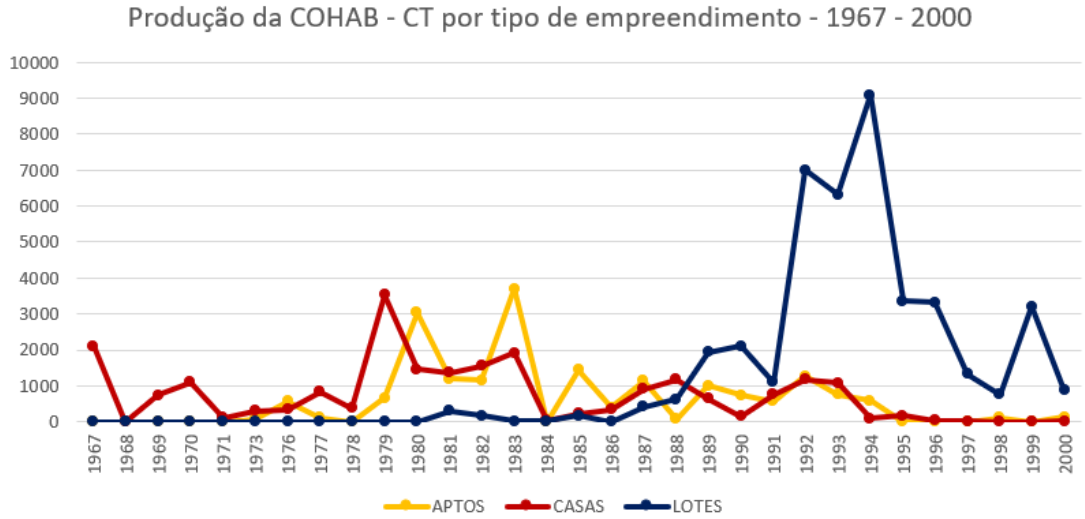

Gráfico 1: Produção COHAB – CT. Fonte: COHAB. Elaboração: a autora.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Na metrópole de Curitiba, a carência crescente de moradias para a população de baixa renda acompanhou a dinâmica observada em grande parte das cidades brasileiras a partir de meados do século XX, apresentando-se no início da metropolização na década de 1970 e evoluindo nas décadas seguintes (SILVA, 2014). Concomitantemente a essa metropolização da década de 70, ocorria a emergência dos movimentos sociais (rurais ou urbanos) no contexto político brasileiro. Interpretado como resultado do regime político repressivo, que impedia a atuação de partidos políticos ou sindicatos representativos das classes populares. Nesse sentido, esperava-se que com a abertura política e a possibilidade de uma atuação política mais diversificada, ocorresse uma diminuição nas formas alternativas de mobilização popular. Ao contrário, parece ter havido uma intensificação da ação política por meio dos movimentos sociais, demonstrando que "os movimentos sociais constituem uma forma

específica de mobilização popular, com espaço próprio, diverso daquele ocupado pelos sindicatos e partidos". (DURHAN apud BEGA, 1999)

A origem dos Movimentos de Moradia parte dos movimentos sociais urbanos formados por associações de moradores, sindicatos, igrejas e partidos políticos numa ampla rede de apoio e solidariedade entre os movimentos. No caso desses movimentos, a ocupação tornou-se um dos principais repertórios de ação coletiva a partir da década de 1980 (POLLI, GUSSO, 2013).

Entendendo as ocupações como conflitos, parte-se para a interpretação do que são e porque ocorrem. Vainer (2007) analisa os conflitos sob duas óticas. De um lado, uma visão entende o conflito como manifestação de uma disfunção social. Assim, se há conflito é porque algo está funcionando errado, há um desequilíbrio sistêmico. Um sistema social equilibrado, funcional, adequadamente regulado seria aquele em que os conflitos não existem, ou, pelo menos, em que os conflitos são pouco numerosos e incidem sobre aspectos secundários, pouco significativos na estruturação e reprodução do sistema.

Uma visão antípoda, diria que um sistema é tanto pujante e dinâmico quanto capaz de gerar conflitos. E que, ao invés de sinalizar disfunções e desequilíbrios, os conflitos constituem dinâmicas, processos e sujeitos sociais que aperfeiçoam o sistema. Sem conflito, não poderiam os grupos e classes sociais dominados gerarem identidades, projetos e práticas coletivas, ações políticas. Foi a luta dos favelados contra a remoção que constituiu um movimento político capaz de banir a remoção como instrumento de planejamento. São apenas os conflitos fundiários urbanos capazes de introduzir desequilíbrios e rupturas numa cidade que reproduz a desigualdade, capazes de engendrar sujeitos coletivos e dinâmicas sociais capazes de desafiar políticas urbanas que se acomodam, ou mesmo promovem ativamente a cidade negócio, a cidade-mercadoria. São os conflitos, e os sujeitos coletivos que eles constituem e instituem, que podem gerar novos direitos urbanos, como o direito à urbanização de favelas e o direito à usucapião especial. (VAINER, 2007)

Mas para além das ocupações, os movimentos de moradia também utilizaram repertórios menos conflitivos, especialmente aqueles relacionados aos vínculos e interações mais próximas com o Estado. Há quem defenda a autonomia dos movimentos, mas, conforme Bega (1999), a defesa dessa autonomia não exclui, entretanto, as relações mútuas que possam ser estabelecidas entre os movimentos, os sindicatos e os partidos políticos. A ênfase na exigência de autonomia se refere, sobretudo, à não subordinação dos movimentos aos sindicatos e partidos porque a prática tem demonstrado que os movimentos sociais urbanos são uma parte do processo político. Os partidos são outra. Outra, ainda, os sindicatos. Sem contestar a necessidade de autonomia por parte dos movimentos, outro tema recorrente na análise dos movimentos sociais é o papel desempenhado pelos assessores. Reconhecer a sua existência não significa uma forma de restrição ao movimento. Ao contrário, mostra que o sentido prático de suas ações políticas e reivindicatórias os fez perceber que, sem pessoas que dominassem o linguajar técnico e que tivessem maior vivência do exercício da discussão em busca de consenso, eles provavelmente não teriam forças para dialogar com o Estado. Assim, é evidente a influência e participação de outros setores da sociedade civil, principalmente da Igreja Católica, na organização de mobilizações desse tipo.

Nesse sentido, julgar simplesmente os movimentos de moradia de terem sido cooptados pelo Estado, ou de estarem em "crise", por utilizarem repertórios de ação menos conflitivos, uma vez que representariam uma perda obrigatória de sua autonomia, é não perceber que as ações implementadas pelos movimentos são estratégias construídas politicamente e ponderadas pelos atores. Estes levam em consideração os possíveis ganhos e perdas, a relação existente com o sistema político, que envolve tanto o estabelecimento de vínculos, como também o compartilhamento de projetos políticos, muitos dos quais forjados no próprio contexto de desenvolvimento desses movimentos.

Nesta relação, as ações coletivas estabelecem um repertório de interação que incluem, além dos protestos, a ocupação de cargos do governo, política de proximidade, participação institucional.

MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA NA REGIÃO SUL DE CURITIBA

O surgimento dos movimentos por moradia na região Sul de Curitiba ocorreu porque, apesar das iniciativas do governo municipal para sanar o déficit habitacional, o problema era ainda bastante intenso. Devido ao êxodo rural, entre 1970 e 1980, Curitiba teve um incremento populacional de 415.949 habitantes e, ainda segundo Tonella (2005), a imprensa divulgou que após as geadas de julho de 1975, havia 700 mil desempregados no Paraná. Aliado a esse contexto, como já observado, estava um plano diretor que não previa investimentos naquela região, tornando a terra mais barata, propícia para instalação de famílias de baixa renda ou, até mesmo, de ocupações. É nesse cenário que a população se organizou a fim de melhorias na infraestrutura e condições de vida.

A Organização Xapinhal

A organização dos moradores dos bairros Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão (de cujas sílabas iniciais se originou o termo XAPINHAL) é fruto da organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma vertente da Igreja Católica focada no bem-estar social da comunidade. As informações referentes ao surgimento e a articulação dessa organização descritas neste artigo, foram obtidas através de entrevista cedida pelo ex-vereador de Curitiba, Adenival Gomes, um dos fundadores do Movimento Xapinhal.

Sua origem remonta a meados da década de 70, com o surgimento do CECOMA (Centro Comunitário de Manutenção), que tinha o objetivo de realizar compras coletivas no atacado a fim de conseguir preços mais baixos. Neste período a inflação corroía os salários, reduzindo a capacidade de compra das famílias que, organizadas chegaram a ter 23 grupos de compras comunitárias com 400 famílias. Essa forma de fazer compra no futuro foi transformada em política pública com os Armazéns da Família, o Mercadão Popular e feiras livres que permitiam a compra diretamente com os produtores.

Em 1983, a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) iniciou a execução do Projeto CURA, que tinha como objetivo a implementação de infraestrutura no município. Reunidas, as 24 associações de moradores da região sul convidaram a prefeitura para um debate sobre a

participação popular nas decisões desse projeto, pois acreditavam que essa participação era de suma importância para a execução de obras públicas e otimização dos recursos e, também, porque a localização, tamanho e objetivos dos equipamentos propostos pelo Projeto não estavam de acordo com as aspirações da população.

Após as reuniões desse projeto, o IPPUC propôs às associações o Plano de Desenvolvimento de Bairros – Projeto Xaxim, por onde ocorreria o diálogo entre técnicos da instituição e as associações de moradores. As entidades aderiram à ideia, mas propuseram outro nome: Projeto Xapinhal, de forma que indicasse a presença das associações não só do Xaxim, mas também Pinheirinho e Alto Boqueirão. Segundo Gomes (2017), a ideia era uma prefeitura do bairro, onde o poder público viria conversar com a comunidade, o que entusiasmou muita gente.

A participação popular na região foi marcada por várias conquistas e, ao mesmo tempo, por ondas de avanços e retrocessos, não sendo isenta de pessoas que usaram os cargos, como presidência de associação de moradores, para se autopromover, capitalizando seus interesses particulares. No interior da ação coletiva há uma complexidade de atores e compreensões que retratam as dificuldades da participação popular e de mudança social.

Apesar desses desafios da participação, procurou-se disseminar a ideia de que "associação forte era associação onde havia participação de todos os membros e não apenas do presidente". Foi assim que, aos poucos, a organização popular construiu o movimento Xapinhal, agora com uma nova organização, por departamento. Foram propostos oito departamentos – como os de moradia, educação, saúde – que começaram a se articular a partir das associações de moradores dos três bairros. (GOMES, 2017)

Movimento por Moradia Xapinhal

No final de 1985 cada associação organizou seus setores. O setor de moradia Xapinhal seria composto por duas pessoas de cada associação de moradores. A consolidação do departamento de moradia coincidiu com o fim do Plano Cruzado que congelou os aluguéis por um ano e, quando terminou esse congelamento, os proprietários queriam dobrar o valor do aluguel, ainda que o salário das pessoas não tivesse aumentado. Esse fato instaurou o pânico na população sem condições de pagar por moradia e as outras necessidades básicas.

A primeira reunião para discutir essa questão reuniu cerca de 80 pessoas de uma só associação, tamanha gravidade do problema. Em pouco tempo, tinham 16 associações fazendo parte do Movimento Xapinhal, com 5000 famílias cadastradas no departamento de moradia.

Em assembleia realizada no ginásio de esportes da Paróquia São Pedro, no final de 1987, com cerca de 3.000 mil presentes, foi criada uma proposta de moradia para levar à PMC. Na época, as políticas habitacionais em Curitiba não conseguiam atender as necessidades da população de baixa renda (de 0 a 3 salários mínimos).

A proposta pensada foi a produção de lotes urbanizados com 10m x 20m que seriam pagos pela população em 20 anos, com prestações referentes a 10% do salário mínimo. O lote

urbanizado requeria apenas ruas abertas e o fornecimento de água e luz, saneamento seria implementado depois. A proposta contemplava uma parceria com a Prefeitura via Sistema Financeiro de Habitação (SFH), onde o ente público tomaria um empréstimo para pagar a desapropriação do terreno e, posteriormente, seria ressarcido pelas famílias.

Num primeiro momento, um proprietário de terras da região topou negociar uma gleba. Quando estava tudo certo para poder atender as primeiras 400 famílias veio uma medida do Banco Central, cancelando o financiamento imobiliário via SFH, devido ao desmonte do BNH, o que inviabilizou o assentamento daquelas famílias.

Diante do novo cenário, outra assembleia foi convocada e a população decidiu pela ocupação. A ocupação do Xapinhal ocorreu em outubro de 1988. Na noite combinada, caminhões passaram recolhendo as famílias e seus pertences e se dirigiram para o terreno. Naquela noite, 470 famílias participaram da ocupação. Foram oito dias com novas ocupações, e, ao final, haviam cerca de 3200 famílias.

Como era período eleitoral municipal, os dois principais candidatos assumiram o compromisso de urbanizar a área e não despejar os ocupantes. Eleito, Jaime Lerner negociou com o proprietário a desapropriação da área. Segundo Gomes (2017) a prefeitura urbanizaria parte do terreno, cedendo aos ocupantes. Em contrapartida, aumentaria o coeficiente construtivo da parte que não seria ocupada. Assim, a prefeitura começou a terraplanagem e urbanização da área, e assentou 1078 famílias. Tão logo iniciou a implantação do assentamento, outro grupo ocupou a parte do terreno a que o proprietário manteria a posse, quebrando o acordo e prejudicando a continuidade das ações.

Ocupação 23 de Agosto

Após a primeira ocupação do Xapinhal, o movimento por moradia continuou sua organização popular. A fim de concretizar a desapropriação de uma nova área com lotes urbanizados, intensificaram o diálogo com a prefeitura, mas, sem um retorno, resolveram realizar uma nova ocupação. Seguindo os passos da outra ocupação, mantiveram a articulação com as CEBs, participando apenas famílias que realmente precisavam de moradia.

Tanaka (2016) relata como ocorreu a ocupação: no dia 23 de agosto de 1991, Kombis e caminhões saíram da Vila São Pedro (mas não somente) em direção ao terreno entre a Av. Eduardo Pinto da Rocha, a linha do trem e o Ribeirão dos Padilhas. Cerca de 800 famílias descarregavam seus pertences e quando os proprietários apareceram em torno das 2h da manhã, passaram por cima dos barracos. As famílias voltaram para a beira da estrada e só no dia seguinte pela manhã que voltaram ao terreno, concretizando a ocupação. Desta forma, a Prefeitura foi obrigada a negociar a desapropriação da área com o proprietário e foram programados o arruamento e a divisão dos terrenos.

Relação do movimento com o poder público

O início da atuação do Movimento Xapinhal foi marcado por reuniões com o poder público e, devido a ineficácia da Prefeitura em prover habitação para a população necessitada, um meio de ação mais conflituoso se fez necessário, a ocupação. Ainda assim, conforme

relatado, mesmo após a primeira ocupação, o diálogo com a PMC foi mantido, a fim de obterem a regularização da área já ocupada e, posteriormente, em mais uma tentativa de provisão de novos lotes. A articulação inicial via CEBs e a declaração de Utilidade Pública da organização das Associações de Moradores do Xapinhal (Lei 8546/1994), são outros pontos que reforçam o cenário de atuação dos movimentos sociais descrito por Bega (1999), que demonstra a relevância dessa relação dos movimentos com as formas institucionalizadas de poder.

Com relação à importância dos assessores do Movimento, cita-se o papel político desempenhado por Adenival Gomes que, em 1991, integrou a Comissão Executiva do Movimento de Luta pela Moradia da Comissão Fundiária de Curitiba (via Decreto Municipal 621/1991), e foi duas vezes vereador do município (2001 a 2004 e 2008). Durante seus mandatos, dentre outros projetos de lei, participou da revisão do Plano Diretor, onde aprovou três emendas (MOBILIZA, 2014).

EVOLUÇÃO URBANA NA REGIÃO ANALISADA

Para analisar a influência que essas ocupações exerceram na consolidação da região Sul da cidade, foram elaborados mapas para contextualização da realidade urbana da área. Na Figura 1, observa-se a região delimitada para estudo dentro do município de Curitiba. Ao Sul, o limite é a BR 376, a oeste, a BR 416, a norte, a Rua Francisco Derosso e, a leste, a Rua Eduardo Pinto da Rocha e o Zoológico Municipal de Curitiba. Os bairros englobados pelo estudo são: Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão, Ganchinho e Sítio Cercado. A delimitação da área ocorreu com base em limites físicos, como as rodovias e as ruas cujas topografias dividem a região.

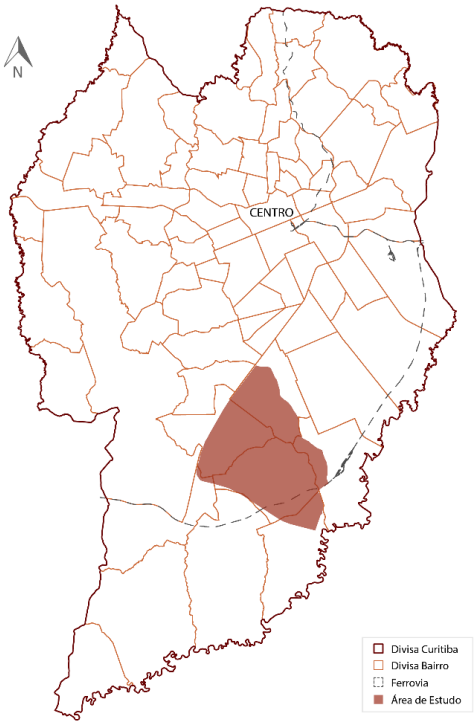

Figura 1: mapa do município de Curitiba com a região analisada em destaque. Fonte: a autora

Nas Figuras 2 e 3, imagens de satélite da região analisada em 1986 e em 2016. A expansão da malha urbana é evidente, bem como o adensamento dos bairros.

Figura 2: foto aérea da região em 1986. Fonte: Google Earth.

Figura 3: foto aérea da região em 2016. Fonte: Google Earth.

Para uma melhor compreensão de como essa região se desenvolveu, foram elaborados mapas detalhando o arruamento e os equipamentos na região no decorrer das décadas. Para a elaboração desses mapas, foi considerado o arruamento atual da região delimitada para o estudo e, com base nos arruamentos de cada ano (fornecidos pelo IPPUC), foram sendo preenchidas as quadras que constavam nos mapas de cada época. A partir das informações do Sistema de Equipamentos Urbanos de Curitiba (SEUC - IPPUC), foi possível determinar quais equipamentos existiam em cada ano analisado: 1986 – antes das ocupações (Figura 4), 1996, 2006 e 2016. De acordo com Fernandes (2011), as localizações aproximadas das ocupações foram demarcadas, facilitando a visualização de como o movimento por moradia foi catalisador do desenvolvimento urbano na região. Também está sinalizada a Paróquia São Pedro, onde o movimento se articulou em assembleias e de onde saíram as caravanas para as ocupações.

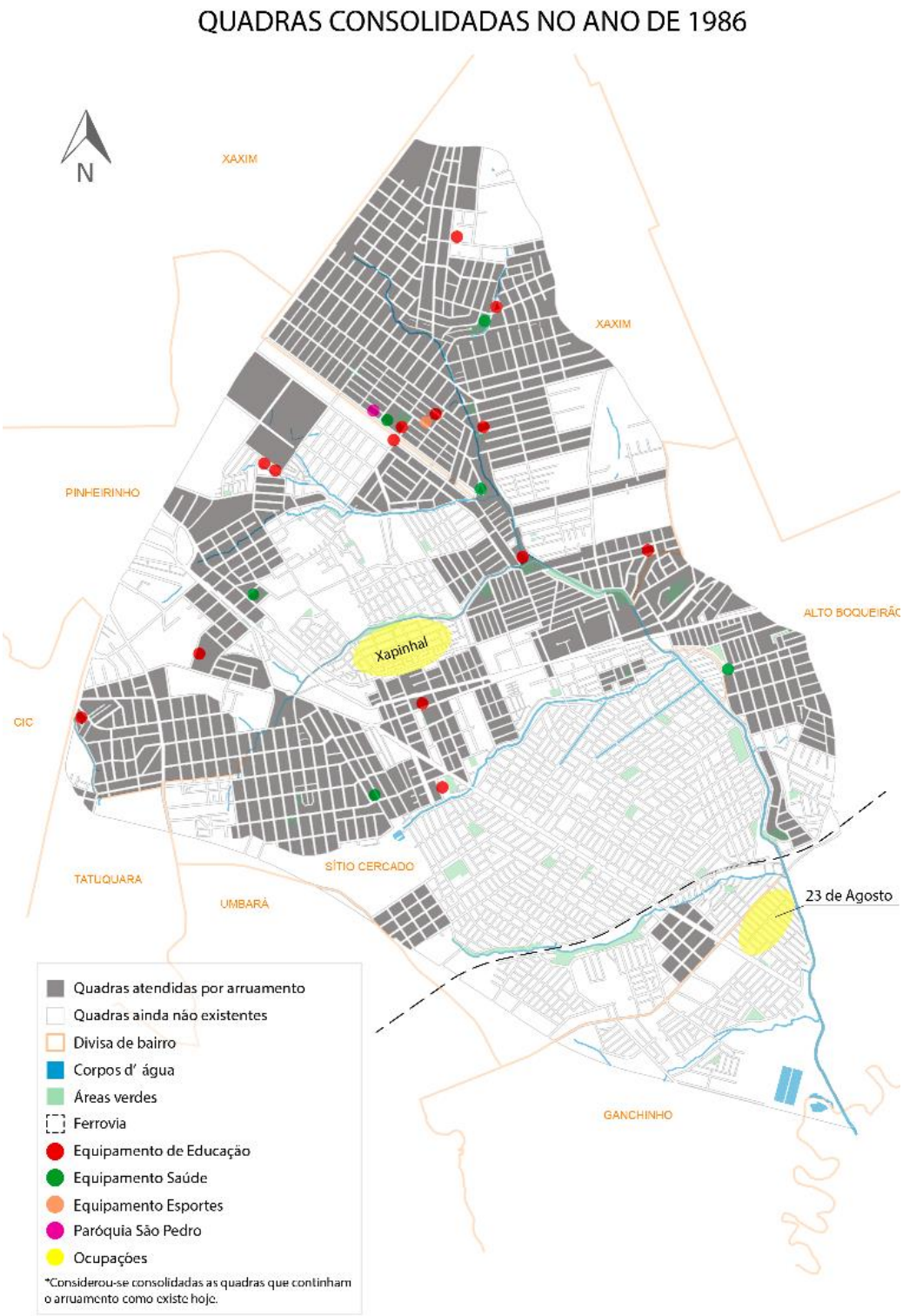

Figura 4: mapa da região em 1986. Fonte: IPPUC. Elaboração: a autora

Oito anos após a primeira ocupação, em 1996 (Figura 5), a região já estava quase totalmente ocupada, também, devido ao Projeto Bairro Novo, cuja localização pode ser observada nesse mapa. Pode-se perceber que, apesar de ocupada, a região não estava bem servida de equipamentos públicos.

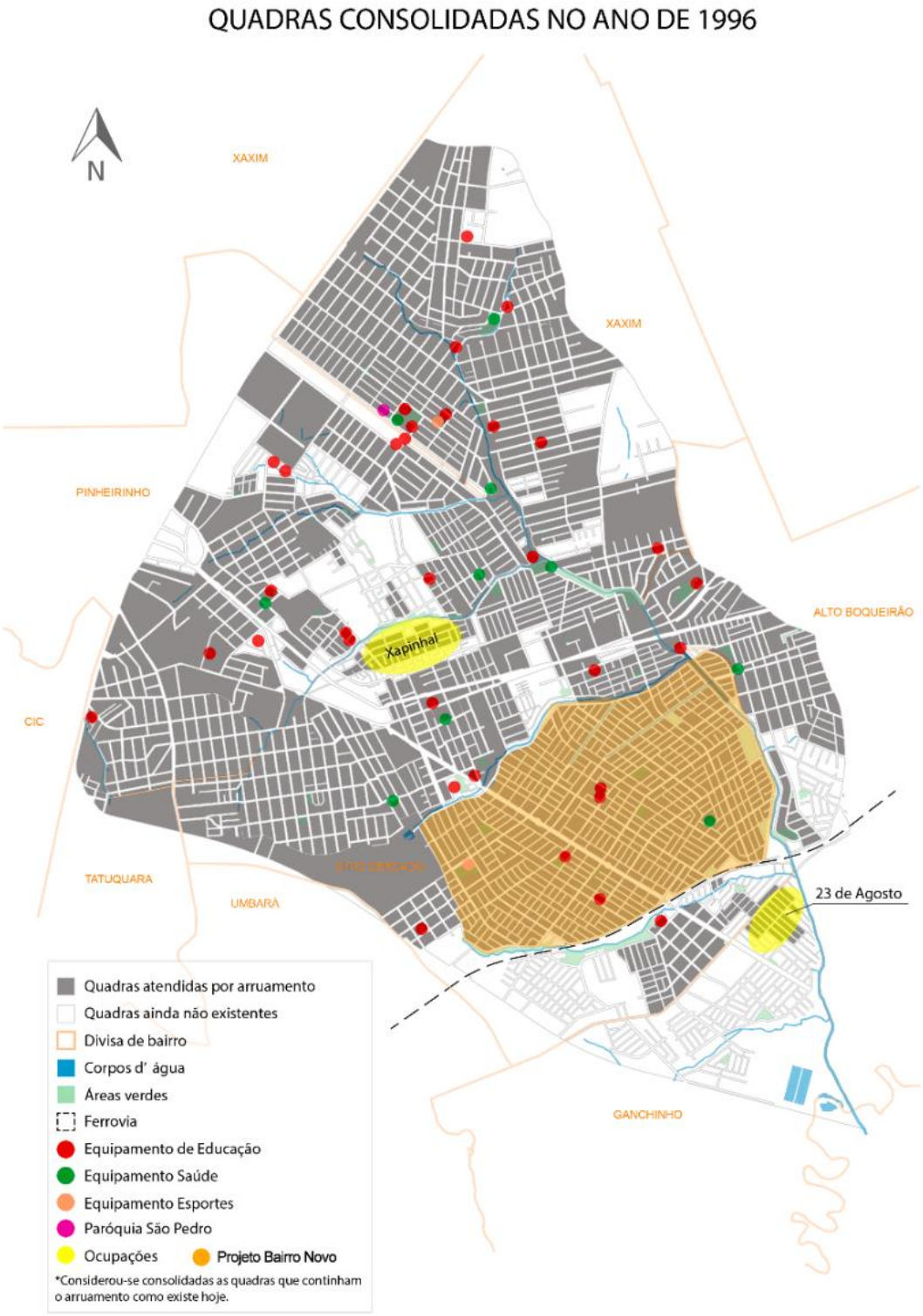

Figura 5: mapa da região em 1996. Fonte: IPPUC. Elaboração: a autora.

Na Figura 6, observa-se a região no ano de 2006, quando há uma presença mais expressiva de equipamentos públicos.

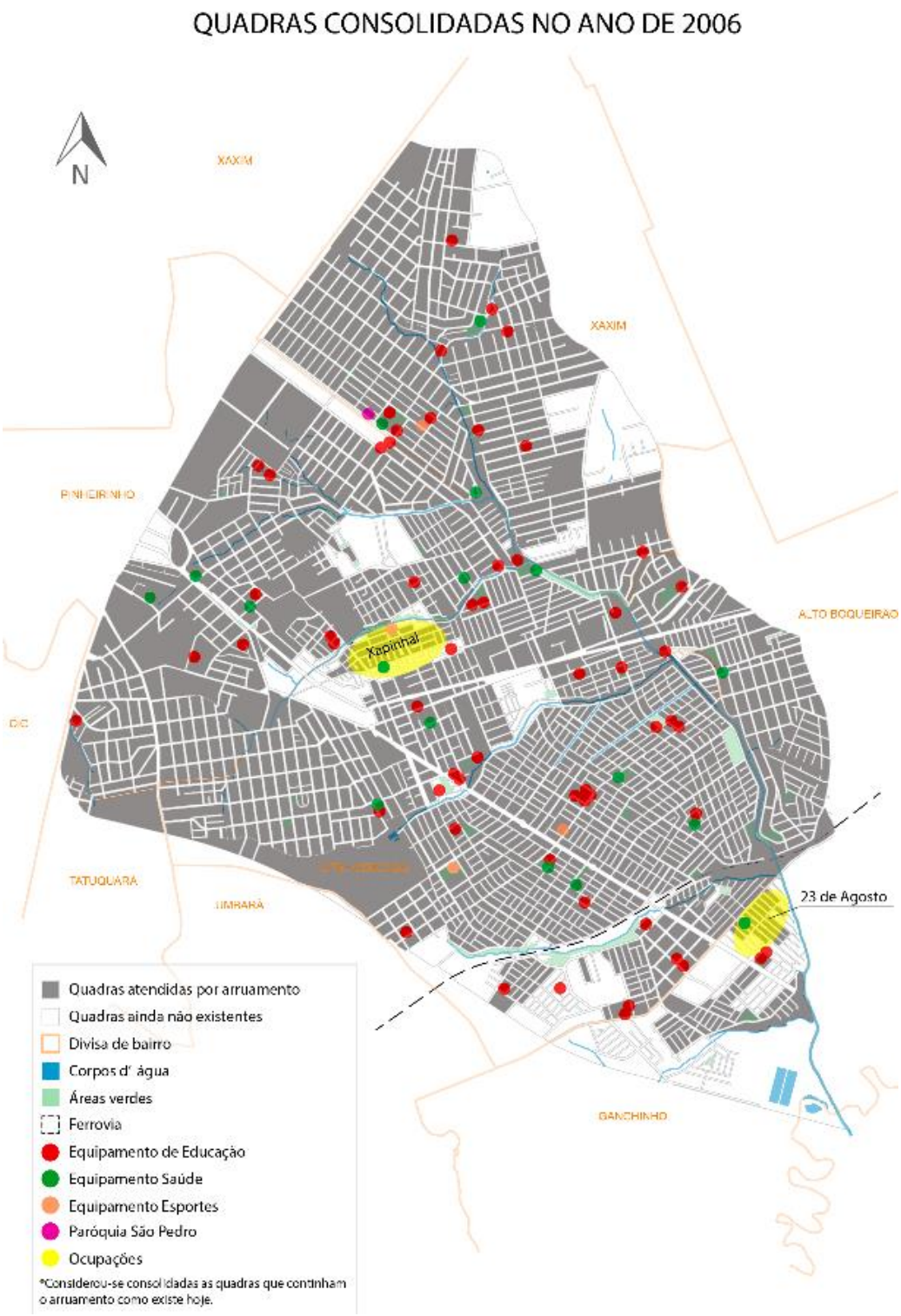

Figura 6: mapa da região em 2006. Fonte: IPPUC. Elaboração: a autora.

O mapa a seguir (Figura 7), retrata a área em 2016.

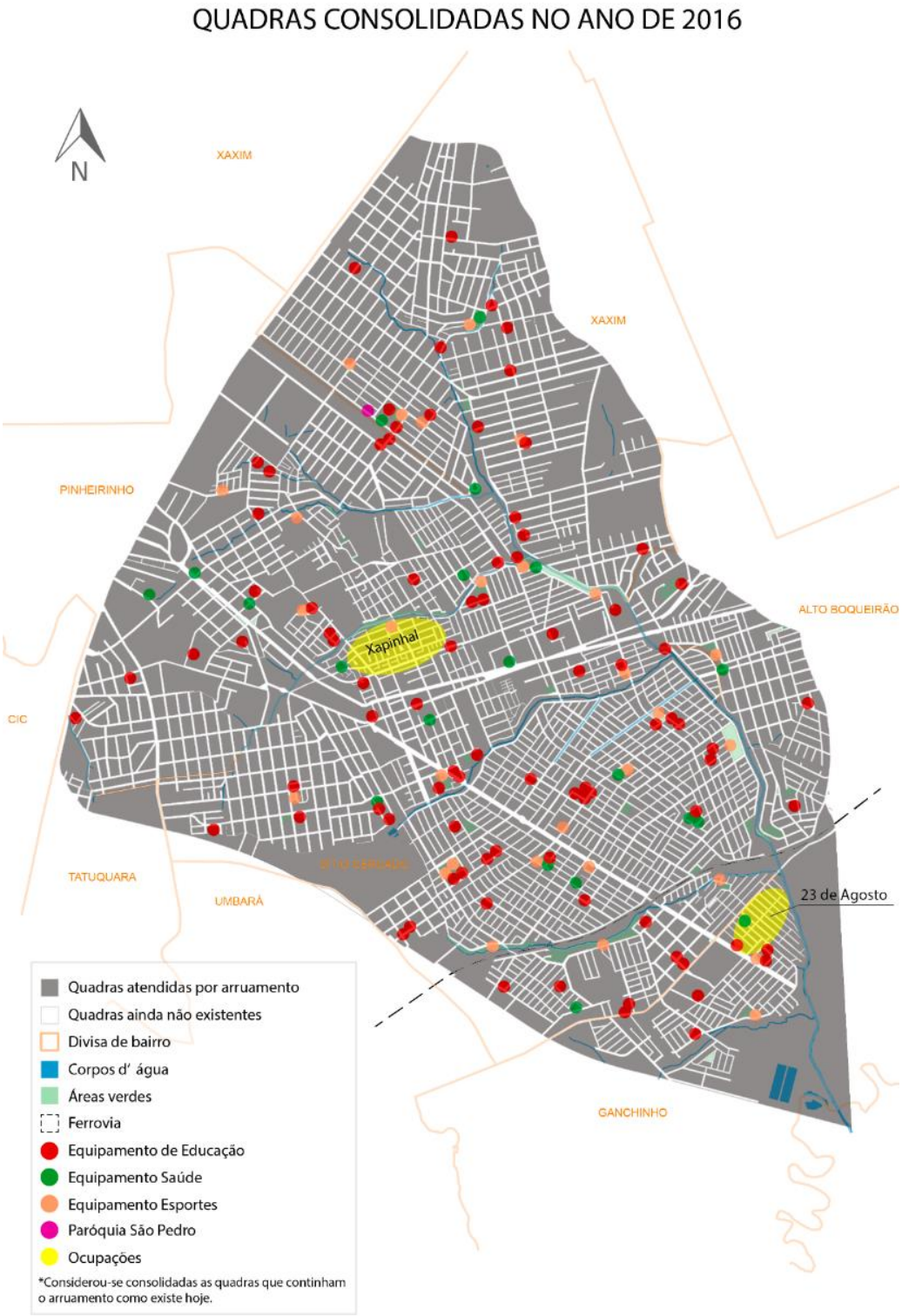

Figura 7: mapa da região em 2016. Fonte: IPPUC. Elaboração: a autora.

Após análise dos mapas, é possível extrair que as principais alterações ocorreram logo após as ocupações e, desde então, há apenas uma melhoria gradativa no que diz respeito à infraestrutura da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento por Moradia Xapinhal, em sua origem e atuação, é exemplo vivo do observado na literatura revista nesse artigo e a evolução urbana da região analisada corrobora sua influência a nível municipal.

Como analisou Rolnik (1990), à cidade legal está automaticamente vinculada uma cidade clandestina. A formulação do PPU, em 1965, previu uma estruturação para a malha urbana curitibana que, ao se omitir do planejamento na região Sul, propiciou a instalação de famílias de baixa renda e, posteriormente, a ocupação de terras ociosas.

Enquanto Movimento Social, Xapinhal reflete as teorias descritas por Vainer (2007) e Bega (1999). Ainda que pareçam contraditórias, uma vez que a primeira defende o conflito como repertório de ação e, a segunda, demonstra a importância das interações mais próximas com o Estado, o Movimento dos moradores dos bairros Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão e seus atores se apropriaram de ambos repertórios de ação.

Contudo, é notável que as ocupações efetivaram uma pressão que o diálogo não foi capaz de exercer. A implantação do Projeto Bairro Novo nos terrenos próximos, corrobora o medo da Prefeitura que novas ocupações ocorressem, em concordância com os dizeres de Fernandes (2012). A urbanização da região deu-se de forma intensificada nos anos imediatamente após as ocupações e, de forma mais gradual, nos anos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade-modelo". 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. Resolução do Conselho de Administração nº 07, de 30 de março de 1973. Dispõe Sobre Programa de Complementação Urbana A Ser Executado Através de Projetos Cura – Comunidade Urbana Para Recuperação Acelerada. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RC-07-73.htm#.WcJhA8iGPIU>. Acesso em: 19 set. 2017.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. A Região Metropolitana de Curitiba e as Mobilizações Populares: análise de algumas experiências recentes. R. paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.96, p. 33-48, maio/ago. 1999

CENTRO COMUNITÁRIO E DE PROTEÇÃO ALIMENTAR PE MIGUEL (Paraná) (Org.). Origens: Histórico. Disponível em: <https://cecopam.wordpress.com/about/>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FERNANDES, José Carlos. E da grama se fez um bairro. Gazeta do Povo. Curitiba. 01 dez. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/e-da-grama-se-fez-um-bairro-1vts790mea4x08uolbbf371ou>. Acesso em: 16 ago. 2017.

FERNANDES, José Carlos. Depois de duas décadas, três vilas de Curitiba conseguem regularização. Gazeta do Povo. Curitiba, p. 1-1. 24 abr. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/depois-de-duas-decadas-tres-vilas-de-curitiba-conseguem-regularizacao-5ih1h59qakzkgnmesl00jklpw>. Acesso em: 09 jun. 2017.

GOMES, Adenival. Entrevista cedida à Profª. Drª. Simone Aparecida Polli em 15/07/2017.

IPPUC (Acervo Interno). Relatório Habitação Progressiva em Curitiba – Bairro Novo. VALDUGA, Rosane; WOLLMANN, Mariana. jun. 2004

MIRANDA, Isabela Borghetti; MONTEIRO, Priscila Zanon. Direito à moradia, sim; à cidade, não. In: XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2018, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.even3.com.br/Anais/xvshcu/82964-DIREITO-A-MORADIA-SIM-A-CIDADE-NAO>. Acesso em: 13 nov. 2018

MOBILIZA, Frente. Estudo de caso – Plano Diretor de Curitiba/PR. set. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/09/02_CURITIBA-ESTUDO-DE-CASO-PLANO-DIRETOR.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018

POLLI, S. A.; GUSSO, R. J. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). Anais dos Encontros Nacionais da Anpur, vol. 15, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Decreto nº 94, de 14 de março de 1984. Declara de Utilidade Pública Para Fins de Desapropriação, Os Imóveis Especificados Para A Implantação do Projeto Cura: AREA BOQUEIRÃO. Curitiba, PR, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1984/10/94/decreto-n-94-1984-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-desapropriacao-os-imoveis-especificados-para-a-implantacao-do-projeto-cura-area-boqueirao-1984-03-14-versao-original>. Acesso em: 19 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Lei nº 8546, de 07 de novembro de 1994. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO XAXIM, PINHEIRINHO E ALTO BOQUEIRÃO - XAPINHAL. Curitiba, PR, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1994/855/8546/lei-ordinaria-n-8546-1994-declara-de-utilidade-publica-a-organizacao-das-associacoes-de-moradores-do-xaxim-pinheirinho-e-alto-boqueirao-xapinhal?q=8546>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Decreto nº 621, de 21 de junho de 1991. DESIGNA A COMISSÃO FUNDIÁRIA DE CURITIBA. Curitiba, PR, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1991/63/621/decreto-n-621-1991-designa-a-comissao-fundiaria-de-curitiba?q=621%2F1991>. Acesso em: 25 set. 2018.

ROLNIK, Raquel. Cidade: Planejamento Urbano: Morar, atuar e viver. Teoria e Debate, São Paulo, n. 9, p.98-119, jan. 1990. Trimestral. Disponível em:

<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/n%C2%BA-09-janeirofevereiromarco-de-1990>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVA, Madianita Nunes da. O processo de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba entre as décadas de 1990 e 2000. Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 6, n. 1, p.89-108, jan. 2014. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692014000100008&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 12 mar. 2018

SOUZA, Nelson Rosário. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos citadinos e partilha da cidade. Revista de Sociologia e Política, Nº 16: 107-122 JUN. 2001.

TANAKA, Barbara et al. Vila 23 de Agosto. 2016. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/expocom/EX50-0766-1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2017.

TONELLA, Celene. O movimento popular por moradia e a questão urbana em Curitiba (1986-1992). Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 3, p. 79-96. Maringá. 2005.

TONELLA, Celene. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba: Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?. Cad. Metrop., São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 239-262, jan/jun 2010

VAINER, Carlos. Palestra no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Promovido pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades. Expositor na mesa “Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>. Acesso em 16 mai. 2018.